



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - PORTUGUÊS**

**A DISCURSIVIZAÇÃO E A SUBJETIVAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES DE
MULHERES CATOLEENSES**

DEUSICLEIDE ANDRADE DA SILVA

CATOLÉ DO ROCHA - PB

2022

DEUSICLEIDE ANDRADE DA SILVA

**A DISCURSIVIZAÇÃO E A SUBJETIVAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES DE
MULHERES CATOLEENSES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades (DLH) da Universidade Estadual da Paraíba - Campus IV, Catolé do Rocha, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau em Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Rafael José de Melo.

**CATOLÉ DO ROCHA - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Deusicleide Andrade da.
A discursivização e a subjetivação de três gerações de mulheres catoleenses [manuscrito] / Deusicleide Andrade da Silva. - 2022.
52 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugueses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2022.

Orientação : Prof. Dr. Rafael José de Melo, Coordenação do Curso de Letras - CCHA.

1. Análise do discurso. 2. Subjetivação. 3. Discursivização feminina. 4. Mulheres catoleenses. I. Título

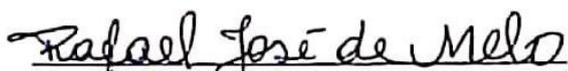
21. ed. CDD 305.4

DEUSICLEIDE ANDRADE DA SILVA

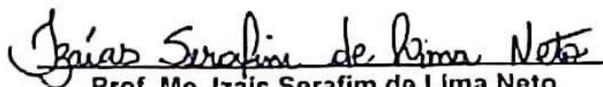
A DISCURSIVIZAÇÃO E A SUBJETIVAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES DE
MULHERES CATOLEENSES

Aprovado em 27.07.2022

Banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Rafael José de Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Izais Serafim de Lima Neto
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)



Prof. Dr. José Helber Tavares de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Catolé do Rocha – PB

2022

Dedico este trabalho,

a Deus, pois todo o mérito é dele, em todos os momentos estive e está comigo, nunca me abandonou e nem desamparou. Foi meu pai, minha mãe e meu amigo, toda honra e glória pertencem a ele.

a minha eterna e amada mãe, Maria de Sousa e Silva, por ser indispensável em Todos os momentos da minha vida. Mesmo não estando presente fisicamente, sempre estive em meu coração. Te amo eternamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus, por seu infinito amor ao me conceber o dom da vida e por ter cuidado de mim quando mais precisei. Pela sua misericórdia em ter me escolhido, uma pedra tão pequena, entre a multidão. Maiormente pela sabedoria e inteligência que tem me concebido, por ter me dado fé e coragem para prosseguir na vida;

A minha mãe, Maria de Sousa, que, com meus 13 anos disse: “- Você vai ser a única a se formar em minha casa”, desde então, me empenhei para realizar seu sonho, que se tornou o meu, mesmo não estando mais nesse plano sinto que acompanhou minha jornada. Agradeço-a por ser minha inspiração, pois foi a melhor mulher que já conheci: forte, batalhadora, amorosa e corajosa, sempre lutando por mim e meus irmãos;

a todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a constituição deste trabalho, em especial ao professor Izaias Serafim que me fez ver o mundo de outra forma, me ensinou que preciso questionar tudo a minha volta e que nem toda verdade é absoluta, por ter me apresentado Michel Foucault e Judith Butler, dois pensadores que contribuíram para minha formação. Sou grata, por sempre me responder quando tive dúvidas e principalmente por ter me “desconstruído”, através de suas aulas tornei-me um ser humano mais empático que respeita e ama o próximo com suas diferenças;

ao meu orientador, prof. Dr. Rafael José de Melo, por ter aceitado o convite de orientar este trabalho, pela sua paciência, dedicação e colaboração não só em minha pesquisa, mas em meu aprendizado. Sou grata, pois despertou dentro de mim o interesse pela análise do discurso;

ao professor Helber Tavares, por ter contribuído em minha aprendizagem e ter me incentivado através de suas aulas maravilhosas a permanecer no curso. Sou grata por sua empatia, dedicação e compreensão durante as disciplinas que ministrou, desejo um dia ser um terço do profissional que ele é, pois percebe-se que ensina com amor;

aos meus colegas de curso, em especial a minha amiga querida que admiro tanto, Jordânia Dantas, que sempre me incentivou a prosseguir e a acreditar na minha capacidade, sempre vou me lembrar que “no final tudo dar certo” e ao meu querido

amigo, José Lima, que foi essencial para minha formação. Aprendi com ele que, para chegarmos a algum lugar temos que dar o nosso melhor. Sou grata, pois ele foi um anjo que Deus enviou para me ajudar em minhas limitações;

a todos os professores do curso, por contribuírem com o meu aprendizado durante esta formação. Especialmente, aqueles que marcaram minha trajetória de uma maneira inesquecível: Helber Tavares, Izaias Serafim, Rafael José de Melo, Marta Lúcia, Mauriene Freitas e Auribio Farias;

a todos os meus familiares, em especial, minha sobrinha Nicole que acompanhou minha formação; minha irmã Fatima, pelo apoio nos momentos que precisei de sua ajuda e a minha irmã Mara, por acreditar em minha capacidade e torcer pela minha vitória;

a Universidade Estadual da Paraíba, pela oportunidade de realização do curso;

a todos os funcionários da UEPB, por sempre estarem a disposição quando precisávamos deles;

ao meu namorado, Ailson Soares, por ter estado ao meu lado e por acreditar na minha capacidade, mesmo quando eu não acreditei;

a Kamile Ayla, por fazer parte de todos os momentos da minha graduação. Por suas palavras de ânimo, sua amizade e seu amor.

a todos e a todas, muito obrigado.

“Bem! Acho que o meu papel é... Eu faço papel de mãe, de professora, eu acho que toda mulher assume todos os papéis possíveis que estejam ao seu redor, de cuidadora, enfermeira, eu acho que a mulher é capaz de assumir todos os papéis e todos aqueles que estão ao meu alcance eu assumo. Não acho que seja justo, mas eu acho que é uma responsabilidade que vem... acho que é uma coisa que a gente já nasce com essa responsabilidade né e eu particularmente até acho melhor eu está à frente da situação porque deixar por conta do homem”.

Francisca, 43 anos, merendeira

“Mulher de qualquer forma a gente tem mais a cooperar na sociedade, como é que diz... mais a ajudar, mais a orientar, mais a educar, amparar, tudo mais é a gente, porque a gente é mais ser sensível. Se bem que tem homem que orienta também, mais a mulher é mais”.

Fatima, 67 anos, professora aposentada

“O meu papel na sociedade é agir como tal, é agir como mulher, sendo mulher, pensar como ela, ser cuidadosa, doce, leal, companheira. Conseguir desfrutar de todas as qualidades que temos por ser mulher”.

Jane, 20 anos, universitária

RESUMO

Sabe-se que as subjetividades femininas foram construídas ao longo dos séculos de maneira submissa, a mulher é ensinada a cuidar do outro (pai, irmãos, marido, filhos) e renunciar a si própria. Diante disso, esta pesquisa objetiva analisar como é/foi formada a subjetividade das mulheres catoleenses e como elas se constroem em relação aos discursos que circulam em seu tempo histórico e espaço geográfico. Partindo desse pressuposto, este trabalho baseia-se nos estudos de Butler (2003), Beauvoir (1967;1970), Perrot (2007) Brandão (2004), Foucault (2003, 1983, 2014), dentre outros. Trata-se de uma pesquisa de campo de cunho etnográfico, cuja coleta de dados foi feita através de entrevistas. Os sujeitos participantes foram mulheres da zona urbana da cidade de Catolé do Rocha - PB, circunscritas em três faixas etárias: 20, 40 e 60 anos de idade. As entrevistas foram guiadas por um roteiro previamente elaborado. A observação participante também foi utilizada como técnica. O método utilizado para análise dos dados foi qualitativo. Dos dados e análises tem-se que mesmo nos dias atuais a mulher continua a performar os papéis que foram impostos ao seu sexo historicamente. Nas falas das entrevistadas sobressaem o discurso patriarcal como fundante das normas e condutas que as famílias deveriam/devem seguir e retransmitir a suas gerações femininas. Observa-se também que embora as entrevistadas pertençam a faixas etárias diferentes, elas, em algum momento, se discursivizam de maneira idêntica, isto é, constroem/construíram suas subjetividades a partir de discursos, reservados a seu gênero, que as delinearão como: cuidadora do sexo masculino, frágil, dócil, mãe, dona de casa, recatada e responsável pela manutenção dos bons costumes, valores e educação.

Palavras – chave: Análise do discurso. Subjetivação. Discursivização feminina. Mulheres catoleenses.

ABSTRACT

It is well known that female subjectivities have been built over the centuries in a submissive way, teaching women to renounce at themselves and care for others (father, brother, husband and children). In this context, this research aims to reflect upon how the female subjectivities of women from Catolé do Rocha (located in the state of Paraíba, Brazil) have been built and how they answer to the discourses that surround their time and geographic space. Under this assumption, this work is based on the theoretical background of Butler (2003), Beauvoir (1967;1970), Perrot (2007), Brandão (2004), Foucault (2003, 1983, 2014), among others. It is an ethnographic fieldwork and the data were obtained by interviewing women from Catolé do Rocha (urban area), aged 20, 40 and 60 years. The interview was previously elaborated and the participant observation was also used as a technique. This work is characterized as a qualitative research. Data showed that even in the current days women keep performing the roles that were imposed to their sex in History. They have the patriarchal discourse in their speech, showing behaviors and rules they must follow and transmit to the future generations of women. Although the interviewed women were different in their ages, at some point, they had identical discourses and their subjectivities have been built upon gender discourses: family-caregiver, fragile, docile, mother, housewife, modest and responsible for maintaining good manners, values and education.

Keywords: Discourse analysis. Subjectivation. Discourse of the feminine. Women from Catolé do Rocha.

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO	11
2.ANÁLISE DO DISCURSO: NA PERSPECTIVA FOUCALTIANA	12
2.1 Das ideias fundamentais	12
2.2 Práticas discursivas como formadoras de subjetividades	15
3.A MULHER E OS DISCURSOS: DO OUTRO AO EMPODERAMENTO	18
3.1 O ser mulher e a sociedade	18
3.2 Feminismo e empoderamento feminino	22
3.3 Mulher, práticas discursivas e subjetividades	28
4.METODOLOGIA	33
5. ANÁLISE E DISCUSSÕES	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
8. APÊNDICE	

1 APRESENTAÇÃO

O feminismo é um movimento filosófico, social e político que surgiu no século XIX, com o objetivo de lutar pela equidade dos gêneros e participação da mulher na sociedade, visto que a cultura sempre esteve alicerçada numa sociedade patriarcal, pautada na dominação masculina.

Conforme Perrot (2007) no Ocidente, a figura da mulher tem sido destinada a vida privada, por muito tempo, sua função foi apenas de procriadora, sendo instruída desde cedo para a vida conjugal, em que ocuparia um lugar de inferioridade e submissão em relação ao homem. Ademais, não tinha direito ao conhecimento, pois era privilégio do gênero masculino.

A partir dos movimentos feministas, ela foi ganhando espaço na sociedade, várias conquistas e lugares foram sendo ocupados, como o direito ao voto, ao conhecimento (educação além família e igreja), entrada na Universidade e mercado de trabalho. No entanto, o seu papel em decorrência do gênero não mudou. A cultura patriarcal ainda rege sua vida de forma sutil, seu comportamento e subjetividade são construídos por discursos oriundos de um poder normatizador. Nesse ínterim, sabe-se que a subjetividade feminina é construída ao longo do desenvolvimento social, histórico e cultural de forma submissa, a mulher é educada para servir aos outros, renunciando a si própria. Partindo dessa perspectiva, o presente trabalho objetiva analisar como é/foi formada a subjetividade das mulheres catoleenses e como elas se constroem em relação aos discursos que circulam em seu tempo histórico e espaço geográfico.

Como pressupostos teóricos, foram utilizadas as teorias de gênero de Butler (2003), os estudos sobre a condição da mulher de Beauvoir (1967;1970), Perrot (2007) e Garcia (2011), algumas ideias de autores que abordam o pensamento de Michel Foucault, como Brandão (2004), Deleuze (1942) etc. e o próprio Foucault (1983, 2014, 2003), no que tange as noções de discurso, poder e enunciados, dentre outros.

Assim, ao longo das arguições será feito um diálogo entre as teorias, baseando-se nas questões norteadoras que regem a inquietação no que tange à construção do feminino descrito pela própria mulher. Por esse caminho, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Como se pode avaliar as identidades femininas nos dias atuais, a partir da subjetivação das gerações passadas? Como se é possível pensar os processos de subjetivação do sexo feminino? De que forma a mulher do sertão paraibano,

residente em Catolé do Rocha – PB, tem construído sua subjetividade? Como seus discursos são afetados pela cultura patriarcal? Que fatores a faz performar seu gênero? Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo de cunho etnográfico, cuja coleta de dados foi feita através de entrevistas. Os sujeitos participantes foram mulheres da zona urbana da cidade de Catolé do Rocha - PB, circunscritas em três faixas etárias: 20, 40 e 60 anos de idade.

A escolha recaiu sobre três gerações distintas, pois buscamos mostrar por meio da pesquisa como essas mulheres se constituem em seus dizeres através de cada época, das vivências com o seu grupo social e dos parâmetros socioideológicos que as cercam. Vale salientar, que neste trabalho foi apresentado apenas um recorte das perguntas feitas ao longo da pesquisa. Ademais, os nomes das participantes foram preservados, assim sendo, as colaboradoras receberam nomes fictícios ao decorrer das análises.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

2.1. Das ideias fundamentais

Paul Michel Foucault foi um filósofo francês que dedicou seus estudos a investigar, sobretudo, a questão do poder imbricado nos enunciados, que, por sua vez, constituem os discursos, formulados pelos sujeitos. Para Foucault (2014), o discurso não pode ser entendido apenas como um conjunto de palavras, com a retórica ou somente palavras que são pronunciadas pelos indivíduos, mas também como um sistema composto por uma estrutura que acontece através de uma dispersão de enunciados, regidos por regras que possibilitam o aparecimento de alguns enunciados e desaparecimento de outros.

Em seus estudos, M. Foucault analisa as relações de poder que existem e se exercem nos enunciados, poder este que domina e produz comportamentos por meio de instituições do saber que regem a vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, Brandão (2004, p. 33) postula que “O discurso é um conjunto de enunciados que remetem uma função discursiva, e que segundo Foucault essa formação discursiva consiste na descrição dos enunciados”, ou seja, os enunciados não são formados de maneira solta, mas estão interligados e são produzidos com a função de conduzir o comportamento dos sujeitos.

Embora os sujeitos se sintam donos de seus “dizeres” eles são apenas o produto, tendo em vista, que os discursos são formados historicamente, eles não nascem do nada e nem através da vontade dos indivíduos. Sendo assim, o sujeito e seus discursos são elementos construídos. Segundo Deleuze (1942), não existe um sujeito que antecede os enunciados. O sujeito é considerado um recipiente para as formações discursivas, que por sua vez, tem a possibilidade de se formar e se transformar ao decorrer da história e do(s) espaço(s).

De acordo com Deleuze (1942, p. 23), “O enunciado é em si mesmo repetição, embora o que ele repete seja ‘outra coisa’- que pode, contudo, ser-lhe estranhamente semelhante e quase idêntica”. Nesse sentido, as formações discursivas são passíveis de repetição, tendo em vista, que existe entre elas um diálogo em diversos momentos históricos. Através desse diálogo, os enunciados se repetem por paráfrases, o que ocasiona o surgimento de novos discursos.

Como podemos perceber, estudar os discursos pela óptica de Foucault vai muito além de observar significante e significados, deve-se estar atento para o que está sendo representado em cada enunciado. Assim, para se entender os discursos é necessário fazer indagações como: O que está sendo representado dentro de determinado conjunto de enunciados a ser analisado? O(s) enunciado(s) se coloca(m) como uma verdade ou norma? Como esses enunciados que podem ser verdadeiros ou não foram construídos? O que foi deixado de fora para construí-los e o que foi considerado importante para que eles nascessem? Quais são os interesses que estão em jogo na produção desses discursos e em sua prática discursiva? Como esses interesses e esses enunciados se manifestam? Como eles acontecem na prática social, através de que tipo de regras eles se manifestam? Como os enunciados se dispersam para terem possibilidades de serem ditos? É por entre esses questionamentos que se situa a análise do discurso feita por Michel Foucault. O autor faz um arcabouço acerca das relações de saber- poder que perpassam os discursos, que por sua vez, atravessam o sujeito. Nesse sentido, Foucault (1986, p. 56) propõe que:

O discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os

discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Como se pode observar, tudo é prática em Foucault, os enunciados são constitutivos de práticas discursivas que estão imersas por relações de poder e saber. Desse modo, devemos estudar os enunciados para além das “coisas”, palavras ou frases soltas. Ao serem analisados os discursos tem-se que buscar sempre o “mais”, aquilo que está implícito nos enunciados que são propagados em determinado contexto histórico e antes de fazermos qualquer análise discursiva é fundamental se questionar a respeito das perguntas feitas anteriormente, para assim, melhor obter as compreensões dos fatos/discursos.

Em a *Ordem do Discurso*, Foucault (2014) argumenta sobre os procedimentos de controle¹ que se exerce sobre os discursos, esse controle se dá por relações de poder que fazem com que o discurso passe por um processo de rarefação. Ou seja, o sujeito não tem a liberdade de pronunciar seus dizeres na sociedade, antes lhe são impostas regras que vão determinar aquilo que pode ou não ser dito em determinado momento histórico e espaço. Nesse sentido, na abertura de seu discurso no *college de France* Foucault (2014, p.1) é salientado: “Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo”. Assim, antes mesmo do sujeito tomar a palavra, já existe uma voz que o atravessa, que seleciona o que ele pode pronunciar. Nessa diretriz:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

Mediante o exposto, pode-se notar que para um discurso se propagar na sociedade, antes, ele passa por interdições e exclusões. Através de um regime de verdade - instituições do saber controlam os discursos por meio de normas que regulamentam os dizeres dos sujeitos. Isto é, a todo instante estar-se obedecendo a

¹O termo "controle" aparece no vocabulário de Foucault de maneira cada vez mais frequente a partir de 1971-72. Designa, num primeiro momento, uma série de mecanismos de vigilância que aparecem entre os séculos XVIII e XIX e que têm como função não tanto punir o desvio, mas corrigi-lo, e, sobretudo, preveni-lo. (REVEL, 2005, p. 29)

regras que são estabelecidas para as práticas discursivas. Assim sendo, o sujeito é antes de tudo objeto do discurso, tornando-se assujeitado. Ele não tem a liberdade de “dizer tudo” na hora, espaço e maneira que lhe for conveniente.

Segundo (Foucault, 2014, p.9), “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Portanto, o âmbito da prática discursiva é um lugar privilegiado, pois os discursos ganham credibilidade somente quando a palavra é tomada por aqueles que são legitimados pelas instituições, que são detentoras do poder e saber desde a origem da humanidade. Em *a Microfísica do poder* Foucault (2003, p. 8) é afirmado:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Pode-se entender, desse modo, que o poder para este filósofo se configura como um feixe de relações que permeiam as práticas e corpo social. Nesse sentido, o poder condiciona e objetiva o sujeito não pela força ou violência, mas por meio de discursos institucionais que são validados pelo regime de verdade de uma sociedade: “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro”. (FOUCAULT, 2003, p. 10).

2.2 Práticas discursivas como formadoras de subjetividades

Pensou-se por muito tempo que a análise foucaultiana tinha o objetivo de estudar apenas o poder e o saber, mas em uma entrevista denominada “sujeito e poder”, Foucault esclarece que:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, in: Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 231).

Dessa maneira, pode-se perceber que o sujeito desde o início foi o foco dos estudos foucaultianos, ou seja, o autor buscou investigar através das relações de

poder e saber como se constitui o sujeito mediante os regimes de verdades que estão dispersos na sociedade. Diante disso, entende-se que os sujeitos são produzidos por discursos oriundos de poder e saber que se propagam em um determinado momento histórico.

Courtine (2003), faz um aparato acerca de como o corpo do sujeito foi representado por discursos ao longo dos séculos. Ele mostra que o corpo em diferentes épocas era submetido a exigências disciplinares e que as instituições tinham a função de velar para que essas exigências fossem seguidas. Nessa linha de pensamento, entendemos que a subjetivação dos sujeitos acontece historicamente e ela é formada em decorrência de uma governamentalidade² dos corpos sociais.

Por esse caminho, os sujeitos são condicionados a internalizar normas que disciplinam seus corpos e atitudes. Eles estão a todo instante sob vigilância. Mediante o exterior, eles constroem seus modos de pensar e agir. Segundo Deleuze (1942, p.182) “a obsessão constante de Foucault é o tema do duplo. Mas o duplo nunca é uma projeção do interior, é, ao contrário, uma interiorização do exterior”. Assim, o sujeito se constitui por meio de uma dobra que é caracterizada como dois lados, interior e exterior, sendo que o lado de dentro é reflexo do lado de fora. Portanto, o sujeito se constitui como sujeito por intermédio dos discursos³ sociais que estão dispersos em determinado contexto histórico.

Na Idade Média os sujeitos se subjetivavam por intermédio do poder pastoral, que tinha a função de controlar e regular o comportamento da sociedade. Na atualidade, os sujeitos se subjetivam ao entrar em contato com os discursos eclesiásticos, que sutilmente docilizam os corpos. Também temos várias instituições do saber que agem sobre os indivíduos, como escola, família, judiciário etc. Desta forma, ao entrar em contato com os discursos que emergem dessas instituições, os quais tem um poder normatizador e produtivo, os sujeitos constroem sua subjetividade. Revel (2005, p. 82) afirma sobre a subjetividade:

² Por governamentalidade, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimento, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade, entendo a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que se pode chamar de "governo" sobre todos os outros - soberania, disciplina etc. (REVEL, 2005, p. 54)

³ O discurso deve ser compreendido a partir daquilo que Foucault denomina “Dispositivo”, isto é, de um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e não ditos. (COUTRINE, 2013, p. 18)

O termo "subjetivação" designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os "modos de subjetivação" ou "processos de subjetivação" do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência.

Dessa maneira, podemos compreender que a subjetivação dos indivíduos se dá de duas formas, por meio do processo de objetivação, no qual o sujeito torna-se objeto dos discursos sendo assujeitado a eles. Por outro lado, o sujeito se subjetiva por intervenção da relação consigo mesmo, logo, ele tem a liberdade de escolher seus modos de subjetivar-se. Quer dizer, o sujeito pode criar formas de resistências para transgredir as normas que lhe são estabelecidas pelo regime de verdade⁴. A esse respeito, podemos citar a sociedade moderna, com o decorrer do tempo, tem surgido novos discursos que se opõem aos antigos, os quais estão fincados na história.

Assim sendo, o sujeito mesmo em meio a regras que regem sua vida, tem a possibilidade de entrar em contato com outros dizeres, afim, de reconstruir seus modos de pensar e agir em relação a suas crenças e posturas na sociedade. No entanto, essa "liberdade" não é alcançada de forma plena, tendo em vista, que o próprio sujeito está a todo o instante vigiando suas atitudes e condutas no meio social. Pois os discursos institucionais estão fincados em seus modos de subjetivação, dominando não só seus discursos, mas também suas práticas discursivas. Logo, ele torna-se produto e ao mesmo tempo agente do discurso servindo de intermédio para formar novas subjetividades.

⁴ As análises de Foucault procuraram, em particular, trazer à luz as características de nosso próprio regime de verdade. Esse regime possui, efetivamente, várias especificidades: a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; ela é muito largamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídia, escrita, exercito); ela é lugar de um enfrentamento social e de um debate político violentos, sob a forma de "lutas ideológicas". (REVEL, 2005, p. 87).

3 A MULHER E OS DISCURSOS: DO OUTRO AO EMPODERAMENTO

3.1 O ser mulher e a sociedade

Sabe-se que ao longo da história a mulher tem ocupado um papel de inferioridade mediante o sexo masculino, isso se dar por toda uma construção social que acontece em torno do sexo. A mulher desde a sua infância é preparada para performar o “eterno feminino”, antes mesmo de nascer já existe todo um contexto sociocultural preparado para sua formação e comportamento, marcado pelo aspecto biológico. Assim, a biologia torna-se “destino” na vida da mulher.

De acordo com Beauvoir (1967) no geral, verifica-se que a humanidade possui dois tipos distintos de indivíduos, os quais tendem ao longo de suas vidas a existirem de formas diferentes. Suas vestimentas, corpos, atitudes e ocupações são construções sociais. São duas categorias de indivíduos que presenciam o mundo de formas distintas através de seu sexo, de um lado, temos o masculino, considerado o universal por representar a humanidade e que faz parte da “transcendência”, pois os homens são detentores da liberdade para estarem em constante evolução. Por outro, temos o sexo feminino que, por sua vez, é levado a “imanência” por vias de opressão, haja vista, que a mulher não usufrui da mesma autonomia que o homem, sendo considerada o outro na sociedade.

Segundo Beauvoir (1967), nos termos de alteridade a mulher é considerada como o outro na sociedade por se diferenciar do homem e não este dela, isto acontece porque o masculino é considerado o ser absoluto, aquele que é detentor do poder e que dita as regras que regem o mundo. O macho é o polo dominante e normatizador, é o essencial aquele que está completo, já a fêmea é o inessencial, o ser incompleto, sendo secundarizada, anulada e discriminada. A mulher tornar-se o outro por não fazer parte do universal, desde o início Deus criou o homem em primeiro lugar deixando a mulher para o segundo plano. Relacionado a isto, Perrot (2007, p. 63) afirma que:

De Aristóteles a Freud, o sexo feminino é visto como uma carência, um defeito, uma fraqueza da natureza, Para Aristóteles, a mulher é um homem mal-acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida. Freud faz da "inveja do pênis" o núcleo obsessante da sexualidade feminina. A mulher é um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade. Por sua anatomia. Mas também por sua biologia.

Nesse interim, tem-se que desde a antiguidade a mulher ocupa um lugar de inferioridade em relação ao homem, por não possuir o falo (pênis) ela é considerada o segundo sexo, o inessencial, insignificante perante o sexo masculino. Já na infância o homem é ensinado a valorizar o seu órgão genital, através dele o homem conquista a transcendência, enquanto que a mulher por ter a ausência do falo é destinada a imanência, e é oprimida em relação ao seu sexo, por meio da ideia de fragilidade e inferioridades inerentes. Logo, é por meio do conceito de alteridade absoluta, que a mulher não é vista como sujeito, apenas como outro historicamente.

Definida pela sociedade como aquela que não é homem, é destinada a ocupar o lugar que foi imposto ao seu sexo. Beauvoir (1970, p. 56-57) salienta que: “Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza.” Nesse sentido, é por meio de leis que são estabelecidos aos corpos femininos que elas ocupam os papéis que lhes são direcionados biologicamente.

Por meio de discursos que emergem na sociedade sobre ao que é ser mulher, é que elas vão se construindo mediante ao seu sexo. Mesmo antes de seu nascimento já estão destinadas a vida privada, suas brincadeiras e brinquedos servem para lhes preparar a cuidar do lar, recebem bonecas de presente, vassourinhas, fogões, são ensinadas a se comportarem desta ou daquela outra maneira. Ao decorrer de sua infância e adolescência começam a ajudar a mãe nas tarefas domésticas, enquanto os meninos se ocupam de brincadeiras ao ar livre. O menino é ensinado a se diferenciar da mulher pelo seu sexo, sendo assim, não tem a obrigação de exercer as mesmas funções que elas na sociedade, nem tampouco dentro de casa.

Para Simone de Beauvoir (1970), nem sempre a mulher ocupou o lugar de inferioridade, antes de ser formada a instituição privada o sexo feminino ocupava o mesmo espaço que o homem, ela era valorizada: “A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste a grande derrota histórica do sexo feminino.” Beauvoir (1970, p. 74). Com a criação da instituição família a mulher passa a ser confinada ao lar, enquanto o homem é o provedor, aquele que sai de casa e vai em busca do sustento para a família; a mulher, restam os papéis de procriadora, de dona dos afazeres domésticos, cuidadora dos filhos e do marido:

A mulher que engendra não conhece pois o orgulho da criação; sente-se o brinquete passivo de forças obscuras e o parto doloroso é um acidente inútil e até importuno. Mais tarde, deu-se maior importância ao filho. Contudo, engendrar, aleitar não são atividades, são funções naturais; nenhum projeto nelas se empenha. Eis por que nelas a mulher não encontra motivo para uma afirmação ativa de sua existência: ela suporta passivamente seu destino biológico. Os trabalhos domésticos a que está votada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob uma forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos: não produzem nada de novo. (BEAUVOIR, 1970, p. 83).

Nesse sentido, entende-se que a “derrota” do sexo feminino se deu através de uma explicação biológica. Anatomicamente, a mulher foi criada para engendrar filhos, conseqüentemente está destinada a cuidar do outro e do lar, em decorrência de suas funções exaustivas ela não tinha tempo para fazer algo na esfera do público, produto de toda uma conjuntura político-discursiva que a excluía dos espaços reservados ao homem, assim, aceitavam de forma passiva a imanência. Sendo assim, nota-se que o triunfo do patriarcado sobre o sexo feminino não aconteceu por uma revolução violenta, mas por meio do privilégio que os homens adquiriram por serem biologicamente diferentes das mulheres, se a biologia constituiu-se em uma “maldição” na vida da mulher, ao contrário, aos homens tornou-se um instrumento de poder, pois, através de sua anatomia física e biológica, o macho afirmou-se como um sujeito soberano e superior aos demais.

Compreende-se então, que o sexo foi fator determinante para que o patriarcado firmasse suas bases de dominação na sociedade. Por meio da soberania que se criou em torno do falo (pênis), o macho tem exercido o seu poder ao longo da história. Enquanto a mulher é apenas um objeto nas mãos do patriarcado, já que é considerada o “Outro”, sem direito de escolhas e de expressar seus sentimentos e emoções, no que toca ao prazer sexual.

Nessa perspectiva, Beauvoir (1970, p. 103) afirma: “A mulher não é elevada à dignidade de pessoa; ela própria faz parte do patrimônio do homem, primeiramente do pai e em seguida do marido.” Durante toda sua infância e adolescência a menina está sob o domínio do pai, que lhe impõe regras. Criadas por mulheres em um mundo feminino, são ensinadas que o casamento é o caminho para se sentirem completas como mulher, assim, ao se casarem passam ao domínio do marido que ocupa o lugar de soberania do pai, a partir de então se veem encerradas na vida privada. Mas antes que a menina seja iniciada a vida adulta há toda uma construção para que ela aceite

o seu “destino” como algo inato a sua natureza. Nessa perspectiva Beauvoir (1967, p. 9) argumenta que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.

Sendo assim, é através de toda uma construção discursivo-social que o sexo feminino é submetido ao masculino, a biologia torna-se destino pelos discursos que emergem na sociedade relacionados ao que é ser “mulher”, logo, fazem com que a mulher performe o seu gênero mediante regras que são estabelecidas ao seu sexo. De acordo com Butler (2003), Beauvoir afirma que se torna mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. Nessa perspectiva, observa-se que a subjetividade feminina se torna destino através de toda uma formação discursiva que está estabelecida ao seu gênero. Assim, tornar-se-á mulher, ocupando os papéis e funções que lhes fora imposto, mas por serem levadas a isso, não por vontade própria.

Desse modo, ao performar o gênero, a mulher é submetida a exercer funções que são estabelecidas ao seu sexo. Sendo assim, vê-se aprisionada a viver de acordo com o que o sexo masculino lhe impõe. Cria-se então, a concepção que em toda a civilização a mulher foi criada por causa do homem e não ao contrário, no livro dos Gêneses ela foi a culpada pelo homem ter sido expulso do paraíso, por isso seu castigo é aceitar a sua natureza como uma maneira de purificação de seus pecados, não podendo se desviar de seu “destino biológico” que é determinado ao sexo que dita sua maneira de existir. A menina aprende desde cedo a se sentir feminina, a ser dócil, a se comportar como “menina”, tem que ocupar o lugar que lhe foi destinado biologicamente.

Dão-lhe por amigas outras meninas, entregam-na a professoras, ela vive entre matronas como no tempo do gineceu, escolhem para ela livros e jogos que a iniciem em seu destino, insuflam-lhe tesouros de sabedoria feminina, propõem-lhe virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que dá toilette, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incômodas e preciosas de que precisa tratar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento: "Endireita o corpo, não andes como uma pata." (BEAUVOIR, 1967, p. 23).

Fica, claro, portanto, que durante toda a sua vida a mulher é ensinada a exercer a sua feminilidade de maneira natural, sem haver uma forma de se libertar do pesado

fardo que existe por trás do termo “mulher”, ela aprende que por pertencer ao sexo feminino se difere do homem e deve seguir regras que lhes são impostas, e, por conseguinte, aceitam as funções sociais que as ensinam de maneira sutil. Se transgrede o papel que lhe está destinado, é julgada pela sociedade e acusada de querer ser homem e não reconhecer seu lugar. Embora a sociedade tente mostrar que o destino da mulher é inato, nada se tem de natural, tudo em sua existência é construído via discursos.

Nesta perspectiva, Beauvoir (1967, p. 494) argumenta: “A mulher é um produto elaborado pela civilização; a intervenção de outrem em seu destino é original.” Ou seja, a mulher não se define pelo seu sexo, hormônios, nem por uma essência inerentes a elas ou até mesmo por instintos, mas por uma consciência estranha que as constroem e as fazem se relacionarem consigo mesmas e com o mundo. A forma como a mulher é construída desde a infância, sendo diferenciada e submetida ao homem, faz com que ela se construa, consciente e/ou inconscientemente, como o “outro” de modo a retransmitir essa conduta às gerações futuras.

3.2 Feminismo e empoderamento feminino

Ao decorrer da história ocidental, a mulher foi excluída da sociedade. Por pertencer ao gênero feminino, ela era considerada inferior ao homem em diversos aspectos, tanto no aspecto da força física quanto da intelectualidade. Sendo assim, seus direitos tanto econômicos quanto sociais lhes eram negados. Por esses motivos elas sempre ocuparam um lugar “inferior” em relação aos homens, a citar, não tinham acesso à educação, ao voto, ao mercado de trabalho, etc., não possuíam voz nem vez na sociedade. Sua existência estava exclusivamente ligada às funções que eram pré-definidas a seu sexo, seu destino era o casamento, viviam na custódia de um homem, ao se casarem tornavam-se cuidadoras do lar, do marido e filhos, viviam aprisionadas a instituição privada denominada família. Seguindo essa lógica, Perrot (2007, p. 47) afirma:

A mulher casada é, ao mesmo tempo, dependente e dona-de-casa. Cabe a ela usar dos poderes que lhes são conferidos ou relegados. Dependente juridicamente, ela perde seu sobrenome. Está submetida a regras de direito que têm por objetivo principal proteger a família: costumes do Antigo Regime; Código civil eminentemente patriarcal, dado por Napoleão à França e mesmo

à Europa, que, de algum modo, o adota e que praticamente deixa as mulheres sem nenhum direito.

Ao se casar, a mulher passa a tutela do homem e como forma de posse ela perde o sobrenome de solteira, a identificação de pertença é alterada. Responsável pelo lar, ela deve cuidar do bem-estar da família, seu único papel na sociedade que lhe concede como direito é ser cuidadora e está submissa as ordens do marido durante toda sua existência. Após o matrimônio o corpo da mulher passa a ser domínio do homem, por vezes ele a castiga quando afrontado e ela recebe os corretivos de maneira dócil, pois entende que está sob a custódia do marido e deve manter o casamento que lhe fora ofertado.

Como observa-se, toda a educação direcionada as mulheres tinha por intuito limitá-las a vida privada. Ao longo dos séculos, a sociedade não se mostrou preocupada em instruir a mulher para ser intelectualmente independente e autônoma para que pudesse entrar no mercado de trabalho, controlado pelo homem. Pois, isso seria uma ameaça ao patriarcado, conseqüentemente, uma invasão nos espaços de exercício do poder masculino.

Devido a opressão e a exclusão direcionada ao sexo feminino, surge o movimento feminista que aparece para lutar pela liberdade e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. O feminismo é considerado um movimento filosófico, social e político que tem o intuito de lutar, socialmente, pela equidade dos gêneros e pela participação da mulher na sociedade, visto que o sexo feminino foi submetido por muitos séculos ao jugo do homem. Conforme Garcia (2011, p. 13):

O feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social.

Nesse ínterim, podemos perceber que os movimentos feministas surgem a partir da vontade de igualdade e de aquisição de direitos por parte das mulheres, em relação à opressão que sofriam pelo patriarcado. Por meio de uma tomada de consciência, elas decidem lutar por seus direitos e “liberdade”. Aos poucos, e em meio a lutas, perdas e ganhos, o sexo feminino começa a ocupar espaços na sociedade, de forma progressiva.

Inicialmente, a revolução francesa foi um grande marco na luta pelos direitos das mulheres, tendo em vista, que houve o registro da mulher na literatura. Seus escritos reivindicavam a igualdade entre os gêneros e o acesso à educação como forma de emancipação feminina. Vale ressaltar, duas grandes pensadoras que estavam presentes nesse contexto: Olympe Gouges, na França e Mary Wollstonecraft, na Inglaterra.

Olympe Gouges foi uma escritora francesa e autora do documento que foi de grande valia para luta feminista, denominado “Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs”, escrito em 1791. Esse documento tinha o intuito de convencer os leitores de que as mulheres deveriam usufruir dos mesmos direitos que eram concebidos aos homens. Nessa declaração constava que:

A mulher nascia livre e igual ao homem e possuía os mesmos direitos inalienáveis: a liberdade, a propriedade e o direito à resistência à opressão. As mulheres deveriam participar na formação das leis tanto direta quanto indiretamente por meio da eleição de representantes. (GARCIA, 2011, p. 43),

Ou seja, Olympe denunciava que a revolução francesa tinha negado o direito da participação das mulheres na política, sendo assim, ia contra as ideias revolucionárias de liberdade, igualdade e fraternidade. Pois não admitia que elas fossem livres e iguais aos homens.

Já Mary Wollstonecraft, escritora inglesa, conhecida por seu escrito “Uma reivindicação pelos direitos da mulher”, escrito em 1792, designada como uma de suas obras mais importantes, pois, “Nele advoga pelo igualitarismo entre homens e mulheres, a independência econômica e a necessidade da participação política e da representação parlamentar”. (GARCIA, 20011, p. 46), sendo assim, a autora denunciou uma sociedade que adota desigualdades e discriminação de gênero nos campos político, econômico e educacional.

A partir da obra de Mary surgem as bases do feminismo moderno, visto que, é por através das ideias defendidas por ela que se começa a pensar sobre o conceito de gênero, e, então, pela primeira vez o poder que o homem exerce sobre a mulher é visto como um privilégio natural. No entanto, os escritos dessas duas autoras não foram de grande relevância, pois não conquistaram nenhum direito por meio da publicação de suas obras.

Ainda nesse período, para retrocesso dos direitos cívicos da mulher, cria-se o código Napoleônico; neste, as mulheres ficam à mercê do domínio masculino, sem a

permissão do pai ou do marido elas não poderiam trabalhar fora do âmbito doméstico e ficavam impossibilitadas de administrar seus bens materiais. Assim, elas passaram a não ser dona de si mesmas, nem tampouco de qualquer bem material.

Em detrimento disso, mesmo em meio a muitas dificuldades, as mulheres entram no século XIX com grande persistência para continuarem a luta por seus direitos. Nesse período, surge um movimento feminista, conhecido como movimento das sufragistas (primeiras ativistas a lutarem pelo direito ao voto e direitos educativos). De acordo com Garcia (2011, p. 57), “O sufragismo foi um movimento de agitação internacional, presente em todas as sociedades industriais que tinha dois objetivos centrais: o direito ao voto e os direitos educativos.” As feministas desse momento se organizaram e estabeleceram estratégias para alcançarem seus direitos, entretanto, não obtiveram muitos resultados.

Na mesma época, as sufragistas se juntam ao movimento abolicionista, a fim de abolir a escravidão, causa que juntava homens e mulheres. Durante o congresso antiescravista que ocorreu em Londres em 1840, quatro delegadas que estavam presentes foram impedidas de participarem do congresso, elas não foram reconhecidas como autoridade por serem mulheres. Esse acontecimento deu início ao movimento feminista Norte-americano, visto que as delegadas ficaram indignadas pela forma como foram tratadas, razão pela qual decidiram lutar pelos seus direitos. Dentre essas mulheres estavam Lucretia Mott, fundadora da sociedade feminina contra a escravidão, e Elizabeth Stanton, considerada a intelectual mais destacada do movimento.

Elizabeth S. foi a responsável por convocar uma reunião a fim de debater sobre os direitos das mulheres, como a participação na política, acesso ao voto, direito de administrarem suas propriedades entre outros, mas a reunião não surtiu o efeito desejado, pois os próprios abolicionistas a quem as feministas apoiavam as traiu, negando-lhes o direito ao voto, o que era permitido somente aos escravos libertos homens, assim, o movimento abolicionista teve mais valia do que o movimento das mulheres.

As reivindicações das sufragistas foram motivo de piadas nos jornais e elas não tiveram êxito em seu propósito. Em resposta a negação e chacota em relação aos esforços para conquistarem seu espaço na sociedade, as feministas começam a ser mais radicais em seus protestos, fazendo greves de fome para chamar a atenção da sociedade para suas reivindicações.

O movimento sufragista não foi um fracasso, tendo em vista, que as feministas conseguiram, a partir dele, com o tempo, de forma progressiva conquistar alguns direitos na sociedade. Com muita luta, em 1920, em Nova York, é liberado o direito ao voto feminino, mas nem todas aquelas que lutaram por esse direito tiveram a oportunidade de usufruí-lo, pois foi conquistado só depois da morte da maioria das sufragistas estadunidenses. Segundo Garcia (2011, p. 58), “A política democrática deve ao movimento sufragista duas grandes contribuições: uma é a palavra solidariedade. Outra são os métodos de luta cívica atuais.” Assim, de acordo com essa autora, o movimento do sufrágio abriu as portas para outros movimentos importantes na sociedade, a citar, o sindicalismo e o movimento dos direitos civis.

Dentre elas, Sojourner Truth, era uma escrava liberta que não sabia ler nem escrever, consequência da proibição da alfabetização para escravos. Em 1850 ela assiste à convenção dos direitos das mulheres. No ano seguinte, evoca pela primeira vez os problemas das mulheres negras que eram oprimidas quanto a sua raça e a seu gênero. Em seu discurso, marco histórico, Sojourner T. levanta várias indagações:

Por acaso eu não sou uma mulher? Olhem-me! Olhem meus braços! Eu arei e plantei e colhi e nenhum homem era melhor do que eu! E por acaso eu não sou uma mulher? (...) tive treze filhos e os vi serem vendidos como escravos e enquanto eu chorava com a dor de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouvia! E por acaso eu não sou uma mulher? (GARCIA, 2011, p. 59).

Após o discurso de Sojourner Truth, começa-se a refletir sobre a visão masculina que considera a mulher um sexo frágil e por conseguinte as mulheres negras começam a “perceber” que são tratadas de forma diferente das mulheres brancas, sendo assim inferiorizadas pela sua raça e gênero ao mesmo tempo.

A partir de então, as mulheres negras iniciam suas reivindicações pelos seus direitos na sociedade como mulher. Vale evidenciar que até então o movimento feminista estava direcionado apenas para as mulheres brancas e de elite, deixando exclusas as mulheres negras, as de classe baixa, as lésbicas e as trans.

No século XX, o voto reivindicado pelas sufragistas já era realidade em muitos países. Segundo Garcia (2011), entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial o movimento feminista enfraquece, tendo em vista, as muitas conquistas que as sufragistas conseguiram pelas suas reivindicações, assim diversas mulheres abandonavam a militância.

O movimento ressurgiu somente em 1949, com a publicação do segundo sexo de Simone de Beauvoir. Segundo Garcia (2011, p. 80), o livro de Beauvoir foi “o estudo mais completo sobre a condição feminina escrito até aquele momento”. A partir da publicação da obra, começou-se as discussões em torno do gênero como responsável pela opressão sofrida pelas mulheres. Ainda para Garcia (2011, p. 81), “A autora expõe a teoria de que a mulher historicamente tem sido considerada como a outra em relação ao homem sem que esse fato suponha uma reciprocidade, como ocorre no resto dos casos”.

Nesse sentido, a condição de inferioridade ocupada pela mulher, não se dá por um fator natural e nem biológico, mas por toda uma construção social dos papéis de gênero que coloca o homem como medida de todas as coisas e detentor do poder, é através da cultura e das leis, do androcentrismo - que a mulher ocupa o lugar de outro e conseqüentemente de inferioridade em relação ao homem.

Ainda relacionado aos papéis de gênero, em 1990 é publicado o livro *Problemas de Gênero* de Judith Butler, nele, a autora vai abordar a heteronormatividade compulsória, que defende o modelo binário como a única forma de existir. Segundo Butler (2003), esse modelo é usado como forma de opressão e exclusão, e, a mulher homossexual, além de ser oprimida pela sociedade, é excluída do feminismo.

Os estudos de J. Butler são de grande valia para o feminismo, visto que seu pensamento filosófico e ativismo vai de encontro às construções sociais que existem por trás do termo “mulher”. Segundo a autora, é necessário que haja uma desconstrução do referido termo, pois ele está imbricado de uma ideologia que é responsável pela opressão da mulher na sociedade. Vale salientar também, que a mulher lésbica ganha espaço no feminismo.

No que tange a modernidade, observa-se que a mulher conquistou maior liberdade mediante o seu sexo, houve a desmitificação de estereótipos, o que possibilitou a apropriação de espaços públicos que antes eram destinados apenas aos homens. A mulher tornou-se independente ao entrar no mercado de trabalho e faculdade, mas mesmo sendo instruídas ainda vemos uma divisão do trabalho, isto é, as mulheres são subestimadas e consideradas incapazes de ocuparem determinados cargos, sem contar que o seu salário em sua maioria é inferior ao do homem.

Com o feminismo, foram alcançadas várias coisas pelas mulheres: o direito ao uso de anticoncepcional, em alguns países ao “aborto”, ao divórcio e ao mercado de

trabalho como exposto. Entretanto, não se pode esquecer que ao entrar no mercado de trabalho a sua jornada aumentou significativamente, tendo em vista que o seu papel enquanto dona do lar não mudou, logo, além de trabalhar fora, ela ainda cuida dos filhos, casa e esposo.

Embora tenham acontecido muitas mudanças no âmbito público, o sexo feminino continua a ser oprimido em relação ao seu sexo, tendo em vista, que milhares de mulheres são agredidas e mortas por homens, mesmo com a criação de leis para proteção delas, continua-se a presenciar violências. Isso acontece porque até os dias atuais os homens se sentem proprietários das mulheres.

De acordo com Garcia (2011, p. 95), “A igualdade entre homens e mulheres ainda não foi conquistada”. A opressão destinada ao gênero feminino ainda se propaga no seio da sociedade meio por intermédio dos discursos político-culturais que constroem o homem e a mulher. A luta não terminou, até os dias atuais as mulheres lutam para conquistar a igualdade de forma concreta. Essa, na prática não existe, apenas acontece no plano fictício.

2.3 Mulher, práticas discursivas e subjetividades

A linguagem está presente na construção de uma sociedade e é através dela que se aprende sobre o mundo e sobre si mesmo. No que se refere a subjetivação feminina, sabe-se que o ser se constitui como sujeito através do “outro” e isso acontece por meio da linguagem, a qual, segundo Brandão (2006, p. 11), não deve ser vista apenas como um instrumento de comunicação, mas como interação: “a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia”. ideologia esta que interpela o sujeito mulher em sua formação social.

A ideologia para Althusser (1970) é um sistema de ideias e de representações que tem por função dominar um homem ou um grupo social. Para o autor, existem duas teses para explicar a ideologia; na primeira, “a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência” (ALTHUSSER, 1970, p. 77), ou seja, na ideologia o que é representado não é o sistema das relações que governam a vida dos indivíduos, porém é a representação da relação imaginária dos indivíduos com a materialidade em que vivem, o que denomina os espaços que ocupam na sociedade.

Na segunda tese, o autor defende que “A ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1970, p. 83), isto é, “uma ideologia existe, sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas”. (ALTHUSSER, 1970, p. 84). Desse modo, o aparelho ideológico do estado determina a maneira que o sujeito deve agir e pensar na sociedade.

Vale acentuar que um dos conceitos elaborados por L. Althusser diz respeito aos aparelhos ideológicos de estado, que, segundo o autor, não podem ser confundidos com o aparelho de estado, tendo em vista, que o Aparelho de Estado (AE) funciona pela violência, por estar ligado ao governo suas formas de reprimir acontecem pela força, já os Aparelhos ideológicos do Estado (AIE) são formados pelas instituições. Os Aparelhos Ideológicos de Estado são representados por “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. (ALTHUSSER, 1970, p. 43). Sendo assim, os AIE são compostos por diferentes instituições que fazem parte da vida dos indivíduos, como a família, escola e igreja.

A esse respeito, os AIE não agem por meio da violência, mas através de práticas discursivas que tem por função persuadir o sujeito a seguir determinadas normas a fim de construir subjetividades. A partir do exposto, tomemos o nosso objeto de pesquisa, o ser mulher ao entrar em contato com regras que são estabelecidas pelos aparelhos ideológicos, dentre eles a família, a igreja e a escola, são levadas a formarem uma visão de si mediante os discursos que emergem desses aparelhos. Sabemos de antemão que as formações discursivas a respeito das mulheres sempre estiveram pautadas no cuidado do outro, ou seja, a mulher é ensinada a cuidar do outro e esquecer de si.

Segundo Althusser (1970, p.103), “Antes de nascer, a criança é, portanto, sempre-já sujeito, designado a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica em que é «esperada» depois de ter sido concebida”. Assim, mesmo antes de nascer já existe todo um construto social para a formação da subjetividade das mulheres. Ao ser descoberto o seu sexo cria-se todo um contexto para sua iniciação como mulher na sociedade, suas roupas são de cor rosa, o que indica docilidade e fragilidade, tem a figura do pai como protetor e ao decorrer de seu desenvolvimento convive com a mãe como cuidadora.

Conseqüentemente, o feminino vai sendo construído pelos discursos que são dispersos em sua prática familiar. A mulher está em constante contato com

enunciados que enaltecem o homem e que a põem como dependente e inferior a ele. A todo instante, ela é vigiada, pois deve ter “maneiras” e formas de agir compatíveis com o determinado socialmente, são privadas de usar determinadas roupas, de terem vocabulário indecente e não devem “andar” em qualquer companhia alheia aos padrões de uma mulher de “respeito”. O sexo torna-se um construto social para sua instrução, em vista disso, Butler (2003, p. 46) afirma:

Ao postular o “sexo” como “causa” das experiências sexuais, do comportamento e do desejo, a produção tática da categorização descontínua e binária do sexo oculta os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção. A pesquisa genealógica de Foucault expõe essa “causa” extensiva como um efeito, como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual, instituindo as categorias do sexo como funções fundacionais e casuais em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade.

Desse modo, não se pode considerar os sexos como um destino biológico para formação das mulheres, mas como uma invenção, uma norma regulatória que impõe sobre os corpos maneiras de existir, cuja heteronormatividade é o modelo dominante e compulsório, que faz com que os gêneros sejam construídos através de performances discursivas. Por conseguinte, segundo Foucault (2003), a sexualidade é considerada um dispositivo que regula os corpos e as maneiras de existir. Para este autor, o dispositivo da sexualidade pode ser entendido como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. (FOUCAULT, 2003, p. 138)

Logo, os discursos institucionais que são regulamentados, e reguladores, na sociedade, têm por função, historicamente, produzir a existência das mulheres. A exemplo disso, pode-se citar a instituição igreja, que desde a constituição da humanidade, através de discursos eclesiásticos, persuade o sexo feminino a seguir regras que são estabelecidas para seu sexo, ao entrar em contato com estes discursos, a mulher vai performando o seu gênero. Embora estas práticas discursivas ajam de maneira sutil na formação das subjetividades femininas, elas são de suma importância, tendo em vista, que o termo “mulher” aparece sempre de forma submissa ao homem. Historicamente, as instituições religiosas são responsáveis por disseminar as funções das mulheres em uma dada sociedade.

Ainda a respeito da sexualidade, afirma Foucault (2003, p. 156): “O objeto sexualidade é, na realidade, um instrumento formado há muito tempo e que se constituiu como um dispositivo de sujeição milenar”, desse modo, a sexualidade assujeita os indivíduos, mais especificamente, as mulheres. Conquanto se sintam livres em decorrência de reivindicações que foram feitas pelo feminismo, elas ainda continuam aprisionadas aos discursos machistas, historicamente constituídos, nas culturas.

Posto isto, a sexualidade é fator importante para se pensar a criação da ideologia que existe envolta do termo “mulher”. Seu significado está imbricado por discursos fincados culturalmente na sociedade. Desse modo, a subjetivação feminina é construída ao decorrer do desenvolvimento social, cultural e histórico, mediante a matriz heterossexual, que determina os modos de pensar e de performar o gênero feminino. Nessa perspectiva, Butler (2003) defende que as pessoas se constituem em sua subjetividade e em seus corpos, ao adquirir seu gênero, de acordo com padrões de inteligibilidade de gênero:

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados. Sendo esses corpos compreendidos como recipientes passíveis de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

Pelo exposto, observa-se que a cultura se torna o lugar da construção do gênero, pois, é por ela que os corpos ganham inteligibilidade social, mais ainda, são corporificados, interditados e modelados conforme as vontades daquele (s) que sempre tiveram voz e vez, o homem. Na matriz heterossexual o sujeito é tido como um recipiente passivo, o qual obedece a leis inquestionáveis que regulamentam seu sexo, forma subjetividades e disciplinam seus corpos por meio de normas que surgem pelas formações discursivas.

Em uma sociedade em que o poder está nas mãos do patriarcado, a mulher é levada a formar sua identidade em decorrência dos discursos que emergem em seu cotidiano. Os quais fazem com que ela internalize os enunciados, nos termos foucaultianos, que as subjetivam. Tudo ao seu redor a leva a isso, no convívio familiar, recebe uma educação diferente da dos homens; na escola, aprende que o feminino é diferente do masculino; na igreja, escuta que sua existência está ligada ao do homem

etc., de forma a complementá-lo, e não ao contrário; culturalmente, está “destinada” a ser “mulher”, e não (um) ser capaz de construir-se de forma independente e a formar seus discursos por intermédio do dispositivo da sexualidade. A respeito do discurso Fiorin (1998, p. 35) escreve:

O discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala.

Tem-se, portanto, que o indivíduo, ou a mulher propriamente dito, não formula seus dizeres e modos de existir por meio de uma consciência individual, pois, mesmo que a individualidade lhe seja algo inerente a sua pessoa, como também a é ao homem, o sujeito é um ser social, haja vista que a consciência é formada pelos discursos que atravessam o corpo social. De acordo com Fiori (1998, p. 36), “[...] o homem não é apenas uma individualidade que reside no espírito. É também e principalmente produto de relações sociais ativas e inteligentes”. Em um mundo totalmente masculino, a mulher é levada inconscientemente, ou consciente mesmo, a internalizar os discursos que a subjetiva.

Em Foucault (2003), o sujeito é interpelado pelas práticas discursivas e assim é objetivado e assujeitado a estas práticas que são culturalmente legitimadas. O feminino constitui-se por regras que docilizam seus corpos. Por vias de opressão histórica que advém do patriarcado, a mulher é conduzida a seguir as normas que constituirão sua visão sobre o que é ser “mulher” e sobre o seu papel na sociedade em decorrência do seu gênero. Nesse sentido Fiori (1998, p. 36) explica:

[...] não há possibilidade de existir um homem livre de todas as coerções sociais. Isso não ocorre nem mesmo no interior do ser humano. Sabemos que as normas sociais impõem até que desejos são admissíveis e que desejos são inadmissíveis.

Sublinhe-se que mesmo que exista a possibilidade de resistência por parte das mulheres na construção de suas subjetividades, elas não estão totalmente livres das coerções sociais que as constroem nas esferas privada e pública, já que os discursos que as atravessam são determinados por coerções ideológicas que tem o propósito de manter o patriarcado no poder e a mulher na condição de submissa. Saliente-se que os dizeres pronunciados por mulheres não são individuais: “seu dizer é a

reprodução inconsciente do dizer do seu grupo social. Não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo diz”. (FRIORI, 1998, p. 42). Nesse caminho, os contextos geográficos, culturais e discursivos circunscrevem os papéis: é mediante as práticas discursivas dispersas, em seus contextos, que as mulheres se subjetivam e são objetivadas.

Em suma, a mulher é levada a se tornar sujeito para que assim aceite, inconscientemente, o seu assujeitamento. Tudo a sua volta, através das formações discursivas, a objetiva. Elas se constroem mediante os significados que foram socialmente estabelecidos a seu gênero. Logo, a depender das condições em que foram criadas se veem ligadas aos homens, mas ocupando um lugar de inferioridade em relação a eles. De modo amplo, o ser mulher aprende, por intermédio das práticas discursivas que advém das instituições que são detentoras do poder, a vigiar seus comportamentos, formas de existir e falar.

3 METODOLOGIA

A fim de um melhor entendimento de como a subjetivação das mulheres acontece nas práticas discursivas, parte-se de uma pesquisa de campo, de cunho etnográfico, com o intuito de averiguar como o ser uma “mulher” se constitui mediante seu próprio discurso. Assim, o objetivo foi buscar descrever seus modos de pensar acerca de sua criação, vivências em família e em sociedade e percepção de seu papel na comunidade onde tem vivido. Para tanto, levou-se em consideração, nas análises, as variáveis que norteiam as formações discursivas que as circunscrevem no campo de um ser “menor” ao homem.

No que toca ao registro dos dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada, com mulheres da zona urbana da cidade de Catolé do Rocha - PB. Ao todo, foram entrevistadas 10 mulheres circunscritas nas faixas etárias entre 20, 40 e 60 anos. Desse universo, a amostragem ficou assim estabelecida: três mulheres da faixa etária de 60 anos, três para as de 40 e quatro mulheres para a faixa etária de 20.

A utilização da técnica da entrevista foi aliada a uma observação direta e participante, ou seja, não somente nos dias e horas marcadas para as entrevistas foram estabelecidos diálogos, mas também em outros momentos de conversas livres. O instrumento utilizado foi uma entrevista aberta que possibilitava a entrevistadora

reelaborar questões mediante as respostas fornecidas, que iam surgindo por parte das entrevistadas. O que proporcionou um aprofundamento nas questões parcialmente elaboradas.

Os encontros foram previamente marcados em locais mais convenientes para as participantes, no caso, todas escolheram seus lares. Inicialmente, explicávamos o objetivo da pesquisa e qual seria sua participação. Em seguida, antes de iniciarmos a entrevista, que era gravada com o consentimento das participantes, solicitávamos a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Ao decorrer das entrevistas, se percebeu que algumas entrevistadas não foram totalmente verdadeiras em suas respostas, pois ao término da gravação com uma conversa mais descontraída elas se contradiziam a respeito do que falaram na entrevista. Sendo assim, nas análises dos discursos formulados pelas participantes, leva-se em consideração o que foi dito em outros instantes diferentes do das gravações.

Os relatos gravados foram transcritos fielmente a fala das entrevistadas. Após a leitura e releitura, são analisadas as respostas buscando apreender ao máximo as intenções, sentimentos, crenças e desejos implícitos e explícitos em cada discurso. Dessa forma, busca-se atrelar os dizeres das colaboradoras às formações discursivas que as delinearam, conforme o tempo de cada faixa etária, e como isso as afeta/afetou diretamente os seus modos de enunciar-se.

Ademais, os dados foram analisados de maneira qualitativa. Toda a leitura do material coletado foi acompanhada da releitura da teoria abordada ao longo deste trabalho, para que as análises acontecessem de forma mais clara possível. Desse modo, a fala das participantes não aparece, com caráter ilustrativo; ao contrário, seus depoimentos são convocados para dialogarem diretamente com o aporte teórico aqui recortado.

Por fim, teoria e relatos se entrelaçam para que haja a constituição de uma inteligibilidade do como a mulher internaliza os padrões sociais a ela impostos e os transmitem a suas gerações, bem como elas se veem na sociedade e como suas relações são afetadas pela ideologia que as assujeitam na sua forma de pensar e agir, conseqüentemente, nos discursos que proferem de si mesmas.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

A família tem um papel fundamental na construção da identidade dos sujeitos, tendo em vista, primeiramente, que é na convivência familiar em que são adquiridos costumes, modos de pensar e comportamentos, os quais se leva por toda a vida, repassando esses valores as gerações futuras. Posto isto, como visto ao logo do trabalho, o ser mulher é historicamente construído por discursos que as subjetivam externamente. Tratam-se de discursos dispersos na sociedade como um todo, porém entranhados na cultura, internalizada, sobretudo, via convívio social e familiar. Assim sendo, a instituição família é uma peça chave na construção individual e social da mulher. Partindo dessa perspectiva, questionou-se as participantes da pesquisa: “Poderia falar como foi a sua criação. Você concorda com ela.”

Entrevistada 1: Maria:

“Tinha um pai rígido, não conversava muito com ninguém, não podia responder os mais velhos, quando era mãe conversando não podia ta se entremelando no meio, não podia vestir short só saia, não podia ta em rodinha de rapaz não viu! só se fosse escondido, nunca saimo escondido de casa e sempre respeitava ele e ainda hoje, morreu ele, mais ficou a veia... mais ainda hoje é respeito. Eu achava muito melhor do que as de hoje, porque as de hoje eu vejo as criancinha... sabe de tudo, as mãe conversando de gravidez e as menina se entremetendo no meio”. (Maria, 60 anos, dona de casa).

Entrevistada 2: Rita:

“Bem! a minha criação é... era um pouco rígida, eles imponham muito respeito né, a gente era criado com muita educação, com respeito, obediência. Diferente da geração de hoje em dia né, que tem mais liberdade, a gente tinha menos liberdade apesar de ter assim... menos violência no mundo né, a gente era mais libertos e ao mesmo tempo não era né, porque a educação era bem rígida né! Tinha que ter permissão pra sair, hora de sair e hora de voltar. Sim! Ela foi muito especial pra mim”. (Rita, 41 anos, cabelereira).

Entrevistada 3: Marta:

“Minha criação foi muito dura... Foi muito tradicional sabe... aquela criação que basta o pai olhar que você mucha. Minhas irmãs e eu não podia brincar com meninos, isso era horrível. Lembro que uma vez minhas irmãs e eu estávamos brincando de bola com uns meninos da rua e meu pai colocou a gente pra dentro em baixo de pêia. Eu não achava justo, mais aceitava”. (Marta, 28 anos, universitária)

Ao serem analisadas, as respostas acima apontam uma regularidade no *modus operandi* na maneira de criação e comportamento das mulheres. Nos três relatos, é afirmada a imposição de uma educação muito rígida e “dura”, não admitindo o contraditório, portanto, aprender a ter respeito e manter respeito ao pai, por um lado, era uma questão de valor, tanto pessoal quanto social, por outro, era uma forma de estar-se conforme as determinações sociais. Na fala da entrevistada 3 há a separação dos espaços do homem e da mulher, razão pela qual ela não podia brincar de bola com meninos, nem tampouco sair de casa a qualquer hora, pois, quando saíam (ela e a irmã) tinham hora determinada para voltar. No geral algumas das mulheres discordam da criação que tiveram, mesmo não entendendo o motivo de terem sido criadas com limites, elas mostram-se revoltadas, enquanto que a outra parte concorda, pois acredita ter sido o melhor para elas como mulheres. No recorte das entrevistadas anteriores, percebe-se que elas obedeciam, mas também transgrediam as determinações, o que demonstra que a construção da subjetividade é perpassada pela vontade do sujeito.

Na vida da mulher, a figura do pai sempre foi castradora. Daí, a repressão e serem ensinadas que o homem se diferencia da mulher e por isso eles não podem ocupar os mesmos espaços, inicialmente nas brincadeiras e mais tarde na sociedade. Assim, a mulher deve ser “feminina” e ao brincar com meninos e suas brincadeiras estariam fugindo do papel feminino que lhes é atribuído culturalmente. Sendo assim, são iniciadas em sua subjetividade, por meio desses discursos que menina e menino não devem se misturar, menina tem de brincar apenas com outras meninas e com brincadeiras femininas, como boneca, casinha etc.

Desse modo, a partir dos ensinamentos, desde a infância, a mulher vai se constituindo mediante o seu gênero, elas vão internalizando esses discursos que são legitimados e disciplinam seus comportamentos, como “verdadeiros”. Na sequência,

as participantes da pesquisa forneceram as seguintes respostas à indagação: “Na sua opinião, houve alguma forma diferenciada entre a sua educação e a de seus irmãos, eles receberam a mesma criação que você. Como você se sentia”

Entrevistada 4: Fatima:

“Completamente diferente. Ele teve todos os direitos e eu não tive nenhum, todos os privilégios. Minha mãe a serviço dele, até hoje é tudo em torno dele, ele é poupado e eu sou explorada. Ah mulher! Eu vivo em tratamento psiquiátrico e uma das causas é essa”. (Fatima, 67 anos, professora aposentada).

Entrevistada 5: Raimunda:

“Não! Eles receberam a mesma criação. Claro que tem sempre... tem um que o pai e a mãe são mais apegado, mais pela pessoa mesmo porque a pessoa é mais carinhosa, tem aquela atenção maior com os pais mais nunca foi diferenciado de nenhum nem de outro”. (Raimunda, 44 anos, Técnico em enfermagem).

Entrevistada 6: Diana:

“Com certeza! as mulheres de minha casa foram ensinadas a fazerem atividades domesticas, enquanto que os homens ficavam sentados ou trabalhavam na roça ou fora de casa. Minhas irmãs mais velhas além de cuidarem da casa ainda tinham que ajudar na roça, já os homens não ajudavam nos serviços domésticos. Além de ter diferença no quesito liberdade, meus irmãos podiam sair, já minhas irmãs não. eu falo de minhas irmãs porque nunca gostei de festa, fui criada mais em casa. Antes eu era conformada, porque aprendi que existe diferença entre homem e mulher, lembro que meu irmão mais novo podia brincar na rua, uma vez pedi a minha mãe pra ir brincar com umas meninas na rua e meu pai não deixou porque tinha uns meninos lá, ele dizia que menina não é pra brincar com menino. Quando acontecia isso eu ficava brava, mas não podia fazer nada, só aceitar. Hoje afirmo que descordo totalmente dessa criação”. (Diana, 23 anos, universitária).

Estas falas representam que historicamente ao homem foi reservado direitos e à mulher deveres, àquele, liberdade e formas de exercer poder, a esta, obrigações e imposições. Em entrevistadas 4, 5 e 6 há uma penalidade para elas ao tentarem invadir o espaço externo ao lar, lugar do sexo masculino. Mais ainda, se for na esfera pública, nem com os irmãos lhe era concedido brincar. Apesar de afirmarem ter tido a mesma criação, o tratamento entre elas e os irmãos era diferente. No entanto, em Entrevistada 5, há uma oposição às respostas das entrevistadas 4 e 6, é possível que seja pelo fato de haver uma sobreposição do sujeito que fala, isto é, soa que Raimunda assume uma locução de um sujeito materno, o que provoca um distanciamento ao que lhe foi indagado.

As mulheres que tinham a convicção dessa distinção entre sua criação e a de seus irmãos externavam um discurso de revolta, pois se viam injustiçadas perante a diferença injustificada a elas, já as que tinham a impressão de receberem o mesmo tratamento em sua casa, se sentiam gratas. Pois, segundo algumas “o mundo é perigoso demais para as mulheres terem a mesma liberdade que os homens”. Mediante esse discurso, notamos que ao estarem em constante contato com discursos que as mostram como frágeis e que precisam de proteção, elas vão internalizando-os em suas subjetividades.

É apontado também nas transcrições, o fardo que o feminino tem que carregar: trabalhar dobrado, quando na família tinha/tem que trabalhar para ajudar no sustento. A mulher tem de cuidar da casa, dos filhos e dos afazeres braçais da roça, quando da zona rural. Note-se que sobressai aqui, a noção na qual quando o pai ou marido não consegue cumprir com suas tarefas, as mulheres da casa têm que pausar suas funções de dona do lar e ir auxiliá-lo, ao passo que o contrário não se ocorria: “Minhas irmãs mais velhas além de cuidarem da casa ainda tinham que ajudar na roça, já os homens não ajudavam nos serviços domésticos”. (Entrevistada 6). Como diria Butler (2003), faz-se necessário desconstruir os discursos que atravessam e constroem o ser “mulher”.

É importante frisar a fala da participante Fatima. Nela, se pode observar o quanto é devastador a castração sofrida pela mulher no sistema patriarcal, bem como o comprometimento da subjetivação do indivíduo no que toca a auto independência.

Dando prosseguimento, indagou-se: “Qual familiar teve uma influência maior em sua criação. De que forma essa influência contribuiu para você ser como você é hoje.”

Entrevistada 7: Joaquina:

“Minha mãe, porque eu aprendi mais com ela, né... Eu aprendi a ter caráter, ser uma boa mãe e uma boa dona de casa também”. (Joaquina, 60 anos, dona de casa).

Entrevistada 8: Francisca:

“Minha avó. Bem! ela era formada em pedagogia, eu também me formei em pedagogia. Ela era uma pessoa amorosa, cuidadosa, que dava valor a família... família sempre veio em primeiro lugar pra ela e eu tomei essa prioridade pra mim. (Francisca, 43 anos, merendeira).

Entrevistada 9: Ana:

“Minha mãe. É meu modelo de pessoa a seguir”. (Ana, 22 anos, universitária).

Essas respostas confirmam que a mulher constrói sua subjetividade também a partir de outra figura feminina, normalmente a mãe ou a avó. Repete-se e internaliza-se o que as gerações femininas passadas subjetivaram para si. O importante é que tudo permaneça como sempre foi: a mãe comporta-se e é da maneira que é porque já aprendeu com sua mãe e avó, e, assim, sucessivamente. Sair desse modelo é ousar e arcar com as consequências de ser excluída duplamente: pelo patriarcado, simples fato de ser mulher, e por querer ser diferente, não se enquadrando nas regras. É através dos ensinamentos que o sexo feminino vai “construindo” valores, melhor dizendo, reproduzindo. Como vem sendo salientado ao decorrer das arguições, a subjetivação feminina dar-se a partir do contato da mulher com discursos que estão dispersos ao seu redor. Eles indicam como performar seu gênero.

Assim sendo, a mãe tem um papel fundamental na constituição da subjetividade de suas filhas, pois é por meio de seus ensinamentos que elas aprendem, segundo as entrevistadas, “a serem boas donas de casa, serem mães e cuidarem da família”. Posto isso, a mulher internaliza esses discursos a respeito de

suas funções mediante o seu gênero e constrói sua visão a respeito do que uma mulher deve ser e fazer na sociedade e no seio familiar.

Ademais, ratifica-se que a mulher foi instruída ao longo do desenvolvimento social para cuidar do outro, como se pode ver na maioria das falas transcritas, a mulher sempre é ensinada a zelar pela família, proteger filhos e seu lar, além de apoiar, incondicionalmente, as decisões do pai ou do marido. Socialmente, ela é levada a exercer esses papéis, mesmo sem perceberem, elas são instruídas a performarem o eterno feminino. Em vista disso, questionou-se: “Como sua mãe/avô/tia dizia que você tinha que ser ou se comportar em casa e fora de casa por ser mulher. O que você pensava (que era certo ou errado) com o que elas diziam que você tinha que fazer e ser.”

Entrevistada 4: Fatima:

“Tinha não mulher! Era tão assim... Alheio que ninguém nunca disse faça assim, não faça. Foi do jeito que eu quis mesmo. Não tinham interesse em educar, se eu não tivesse estudado em colégio de freira, quem me educou foi as freiras, eu não era ninguém... quem me educou foram as freiras! Elas quem me ensinaram a ser educada, ter bons costumes, freira você sabe como é né. Elas ensinavam tudo... boas maneiras, como arrumar uma cama. Religião, seguir uma religião, como se vestir até porque lá era tudo composto. Mulher! Era a norma do colégio né! E não ensinavam nada de errado, era só pro bem da gente mesmo, é tanto que quem estudava lá, sabe fazer uma costura de mão, pregar um botão. Tudo elas ensinavam lá. Tinha aulas dessas coisas, trabalhos manuais, ensinava essas coisas de costura”. (Fatima, 67 anos, professora aposentada).

Entrevistada 5: Raimunda:

“Minha mãe, dizia que a gente tinha que se comportar melhor, até a forma de sentar tinha que ser uma forma mais diferente do homem. Assim, porque quando a gente é mais novo, por a gente não ter um grau de maturidade, a gente acha que é besteira porque elas são mais velhas e a gente é mais novo e a gente não tem essa besteira mais realmente são valores que devem ser cumpridos”. (Raimunda, 44 anos, técnico em enfermagem).

Entrevistada 6: Diana:

“Acho que ela nunca chegou pra mim e disse que eu tinha que ser isso e isso, só falava pra eu me comportar nos lugares, tipo... Sentar direito, essas coisas, não me intrometer nas conversas”. (Diana, 23 anos, universitária).

Através dos diálogos estabelecidos nas entrevistas, nota-se a regularidade no modo de enunciar das participantes, quanto à maneira como eram conduzidas a agir. É afirmado que tinham que se comportar, ter bons costumes e serem educadas. Compreende-se, assim, que saber se comportar e ter boas maneiras é algo estabelecido apenas para mulheres, pois, por fazerem parte do sexo feminino, elas se diferenciavam dos homens. Sendo assim, não podem sentar da mesma maneira que eles, não devem usar o mesmo vocabulário que o sexo masculino e usar as mesmas roupas porque precisam ser recatadas. Elas têm de seguir “regras”.

No que tange a educação feminina, durante muitos séculos o sexo feminino foi privado de ter acesso ao conhecimento, os únicos ensinamentos que lhes eram permitidos estavam relacionados a vida privada, sua educação era responsabilidade da mãe e da igreja, que ficavam encarregados de lhes transmitir os costumes da época, tais como, a forma como deveriam se comportar etc. Segundo Perrot (2007), a mulher era recusada as ciências matemáticas e de abstração, a elas destinava-se apenas o ensino de qualidades, como de paciência, sensibilidade e intuição. Nesse sentido, Perrot (2007, p. 93) salienta:

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo, comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-lo.

Assim, a mulher desde civilizações antigas é ensinada a se comportar nos espaços sociais e a terem uma religião, o que faz delas um ser recatado e com valores, em outras palavras, digna de respeito. Toda a educação que recebem tem um fim específico, prepará-las para exercerem as funções que estão fincadas no

significante mulher. Logo, percebe-se que é por meio desses discursos que emergem na prática social dessas mulheres que elas vão se subjetivando sutilmente, tornam-se objetos desses discursos e ao mesmo tempo agente deles, tendo em vista, que eles serão perpassados a suas filhas e netas, assim como foi transmitido para elas por mulheres de seu convívio.

Frise-se que as entrevistadas em nenhum momento questionaram a maneira como foram ensinadas a ser. Para elas, “são valores que devem ser cumpridos” e “era para o bem delas”, o que demonstra o quanto o patriarcado e a cultura de centro podem ser alienantes. Em virtude disso, as participantes mostram-se conformadas pelos ensinamentos que obtiveram. Portanto, é por meio do “outro” que a mulher se discursiviza e esse “outro” é representado pelas imposições de um regime patriarcal que age através dos aparelhos de estado: Escola, religião, família e hábitos sociais. Levando em consideração essa peculiaridade, foi perguntado: “Dos aprendizados de sua mãe/avós/tias, qual(ias) dele(s) você ainda guarda até hoje como modelo de vida”

Entrevistada 7: Joaquina:

“Minha mãe, ela foi meu espelho, tudo o que eu sei aprendi com ela. Ela era uma mulher honesta, trabalhadeira, era pau pra toda obra... Cuidava da casa, dos filhos, marido e nunca reclamou. Isso eu aprendi com ela e passei pros meus filhos”. (Joaquina, 60 anos, dona de casa).

Entrevistada 2: Rita:

“Minha mãe! A ser uma boa esposa, uma boa mãe, honestidade... Ser uma boa dona de casa”. (Rita, 43 anos, cabelereira).

Entrevistada 10: Jane:

Da minha mãe! Aprendizado de ser uma pessoa boa, independente, solidária, humilde, carinhosa, comportada, leal”. (Jane, 20 anos, universitária).

A partir das respostas obtidas, percebe-se que as participantes continuam a guardar os aprendizados que adquiriram através da figura da “mãe”, em nenhum

momento elas questionam o porquê de aprenderam a ser boas donas-de-casa, leais, comportadas, cuidadoras, dóceis. Elas simplesmente internalizaram os ensinamentos que lhes foi transmitido e se discursivizam por meio deles.

Em Joaquina, aponta-se uma construção da identidade do sujeito, construída pela família. Nas três respostas fornecidas, a mãe é o espelho e o exemplo de todos os princípios, ela é o pivô da educação. Não poderia ser diferente, uma vez que o universo, outrora, é centralizado no lar, por conseguinte, pela responsável de manter a família no “bom” caminho.

Nessa perspectiva, Perrot (2007, p. 67) salienta que “A mulher se confunde com seu sexo e se reduz a ele, que marca sua função na família e seu lugar na sociedade”. Por essa trilha, o sexo feminino está destinado a herdar essas “habilidades femininas”, haja vista, os discursos que se propagam em seu convívio familiar, são culturalmente aceitos como verdades absolutas. Ou seja, socialmente, a mulher nasceu para ser a senhora do lar, pois faz parte de sua essência e anatomia já que gera filhos:

O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. E um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. E um peso também na sua identidade: a dona-de-casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. (PERROT, 2007, p. 114).

O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino, a mulher sempre foi vista como uma dona-de-casa. Esta é uma tarefa que não costuma ser compartilhada entre os homens e mulheres, pois é uma função desqualificada e que foi destinada ao feminino. A pá, a vassoura, o pano e o esfregão são instrumentos que pertencem as mulheres desde a origem dos tempos.

“Na sequência perguntamos como elas se viam e como se veem hoje’ Observemos os dizeres:

Entrevistada 1: Maria:

“Pra mim, eu tou vivendo do mesmo jeito quanto a mulher sabe. Eu me vejo do mesmo jeito, do jeito que eu era antigamente eu tenho o mesmo comportamento”.
(Maria, 60 anos, dona de casa).

Entrevistada 5: Raimunda:

“Antes eu me via inconsequente, tinha valores? Tinha... Mais que pra me eu vivia o hoje e hoje não, eu já tenho uma maturidade, porque também se a pessoa com 44 anos não tiver uma maturidade ta difícil né, mais hoje eu me vejo protetora como minha mãe me ensinou. Porque eu protejo meus filhos como uma leoa e tudo aquilo que eu acredito”. (Raimunda, 44 anos, técnico em enfermagem).

Entrevistada 3: Marta:

“Eu acredito que eu era cega, devido a todos os costumes, eu simplesmente me contentava com o que eu era e com o que dizia que eu tinha de ser. Hoje acredito que eu sou uma mulher forte e não preciso me submeter ao machismo e que eu não preciso de homem pra ser feliz, não preciso carregar esse peso que a sociedade colocou em cima de mim de ser dona de casa. Embora e infelizmente a gente não consiga fugir totalmente disso”. (Marta, 28 anos, universitária).

Há uma divergência nas respostas fornecidas a pergunta feita as entrevistadas. Se por um lado Maria afirma continuar da “mesma forma”, Raimunda e Marta acompanharam as mudanças ocorridas na sociedade quanto ao ser mulher. A transformação ocorrida com elas foi fundamental em suas subjetivações. Elas tomaram posse de si mesmas e se tornaram independentes e ao que tudo indica, autossuficientes, em outros termos, empoderadas.

Vale acentuar aquilo afirmado pela Entrevistada 5. Ela afirma que tinha valores, mas que era imatura, com a idade foi aprendendo e no momento presente se ver como protetora de seus filhos devido aos ensinamentos que teve, internalização dos valores femininos que lhes foram transmitidos ao longo de sua formação social. No seio de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher é ensinada a cuidar do outro e esquecer de si, Raimunda mostra-se feliz e realizada por poder ser útil ao outro.

Ademais, pode-se ver um discurso de revolta na participante Marta, já que afirma que ao ter contato com novas verdades que vão contra o patriarcado, ela diz ter percebido que não precisa carregar o fardo que a sociedade colocou para ela por ser mulher, e continua: “infelizmente não podemos fugir disso”. Mesmo resistindo aos

discursos que a subjetiva como mulher, ela fica entristecida, pois acha ser impossível se “despir” das funções e condições que lhe são impostas.

E por que será que não se pode transgredir essas normas e agir de outra maneira? Essa deve ser um questionamento que muitas mulheres, como a Entrevistada 3 faz. Embora exista a possibilidade de resistência, desconstruir os discursos ideológicos que atravessam a sociedade é uma tarefa árdua, pois estes estão dispersos nas instituições de saber e poder afim de interpelar o sujeito mulher, assujeitando-a e subjetivando-a segundo as intenções do sistema patriarcal. Levando em consideração que biologicamente estas mulheres estão condicionadas à performarem o seu gênero. Ao questionamento: “Qual o seu papel na sociedade sendo mulher”, obteve-se as respostas:

Entrevistada 4: Fatima:

“Mulher de qualquer forma a gente tem mais a cooperar na sociedade, como é que diz... mais a ajudar, mais a orientar, mais a educar, amparar, tudo mais é a gente, porque a gente é mais ser sensível. Se bem que tem homem que orienta também, mais a mulher é mais”. (Fatima, 67 anos, professora aposentada).

Entrevistada 8: Francisca:

“Bem! Acho que o meu papel é... eu faço papel de mãe, de professora, eu acho que toda mulher assume todos os papeis possíveis que estejam ao seu redor de cuidadora, enfermeira, eu acho que a mulher é capaz de assumir todos os papeis e todos aqueles que estão ao meu alcance eu assumo. Não acho que seja justo, mas eu acho que é uma responsabilidade que vem... acho que é uma coisa que a gente já nasce com essa responsabilidade né e eu particularmente até acho melhor eu está à frente da situação porque deixar por conta do homem”. (Francisca, 43 anos, merendeira).

Entrevistada 10: Jane:

“O meu papel na sociedade é agir como tal, é agir como mulher, sendo mulher, pensar como ela, ser cuidadora, doce, leal, companheira. Conseguir desfrutar de todas as qualidades que temos por ser mulher”. (Jane, 20 anos, universitária).

A existência de uma conformidade quanto ao ser mulher enquanto uma pessoa capaz de contribuir com o que lhe é determinado culturalmente perpassa essas últimas falas. Ser mulher, aqui, é ser um produto passivo da sociedade. É ser o contraponto do masculino: a sensibilidade, a compreensão e a docilidade necessárias ao equilíbrio do homem. Todas as entrevistadas assumem o papel da mulher cuidadora, protetora e auxiliadora. Elas pensam que por serem mulheres devem assumir todos os papéis que lhes é estabelecido pela sociedade para seu gênero.

Constata-se, dessa maneira, como o termo mulher traz sobre si uma carga ideológica que tem por intuito subjetivar o sexo feminino de forma a não lhe despertar o interesse para sair da condição “menor” ao homem. Assim sendo, através da linguagem, cria-se um estereótipo e um modelo de mulher, o qual é transmitido de geração a geração fazendo com que o sexo feminino siga as normas e os discursos que são criados para subjetivá-lo e assujeitá-lo no meio social. Segundo Butler (2003, p. 167), “a linguagem é investida do poder de criar ‘o socialmente real’ por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes”. Cria-se o feminino, a categoria do gênero torna-se destino na vida das mulheres e as fazem construir uma visão sobre o que é ser uma “mulher” para se conviver na sociedade.

Nesse sentido, naturalizam-se as funções que são determinadas as mulheres, o que faz com que o sexo feminino acredite que esses papéis são inatos ao seu sexo. Como dito pela Entrevistada 8: Francisca, “acho que a gente já nasce com essa responsabilidade” ou como externou Jane, “meu papel na sociedade é agir como tal, é agir como mulher”. O que seria agir como mulher? De acordo com os discursos que se enraizaram na sociedade desde a antiguidade, ser mulher é seguir regras que são responsáveis por determinar sua maneira de agir, de pensar, de se comportar e discursivizar o seu gênero, assim “ao naturalizar a ordem social, serve a dominação da plebe pelo patriarcado” (FIORI, 1998, p.77).

Logo, ao se naturalizar as funções femininas, o patriarcado (re) afirma seu poder, enquanto que as mulheres são levadas inconscientemente a internalizarem formas de reproduzir seu gênero, a simplesmente obedecerem. E isto, acontece

historicamente através de atos repetidos de fala. Segundo Butler (2003, p. 200), “a ação do gênero requer uma performance repetida, essa repetição é a um só tempo reencarnação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode avaliar as identidades femininas nos dias atuais, a partir da subjetivação das gerações passadas? Como se é possível pensar os processos de subjetivação do sexo feminino? De que forma a mulher do sertão paraibano, residente em Catolé do Rocha – PB, tem construído sua subjetividade? Como seus modos de pensar são afetados pela cultura patriarcal? Que fatores a faz performar seu gênero? Essas foram as indagações que compuseram o problema desta pesquisa. Os discursos reverberados pelas participantes mostram que os modos de subjetivação do feminino acontecem historicamente através de formações discursivas que são dispersas e estão enraizadas na cultura ocidental, fazendo com que o sexo feminino continue a performar seu gênero em diferentes épocas de maneira idêntica.

O processo de constituição do sujeito mulher ocorre por meio de identificações relacionais, ou seja, o indivíduo constitui sua subjetividade em um contexto de relações que engloba o “outro” como resultado de seus dizeres. Assim sendo, a partir dos dados desta pesquisa, foi possível constatar que mesmo no século XXI, na pós modernidade, ou mesmo na modernidade líquida, as entrevistadas continuam a se discursivizar mediante uma visão patriarcal, que, por sua vez, tem por intuito aprisionar as mulheres e seus modos de pensar ao seu sexo, as funções que são destinadas a elas ideologicamente e ao poder do masculino.

Como se pode observar nas análises e discussões, a instituição família é fator determinante na formação do gênero feminino, as participantes das entrevistas mostram reproduzir os discursos que emergem em sua criação, conseqüentemente, internalização do exterior. Mesmo pertencendo a faixas etárias diferentes, não se conseguiu detectar grandes diferenças em seus modos de enunciarem-se. A partir de suas relações, essas mulheres reproduzem o discurso dominante que está enraizado no imaginário social: homem pertence a esfera pública, mulher, a privada; esta, detentora do sensível, da compreensão e rainha do lar; aquele, da “brutalidade” e do

poder, o qual produz o saber que cria estereótipos femininos, que concebe a mulher como frágil, delicada, amorosa, cuidadora, mãe, dona de casa e recatada.

O paradigma do feminino foi criado discursivamente para produzir um saber e ser legitimado pelas ideologias e instituições sociais de controle. Logo, existe um “já dito” que se repete nas novas formações discursivas e são reproduzidos e aceitos sem contestação, o que produz um efeito de verdade. Posto isto, compreende-se que embora as entrevistadas tenham idades diferentes e não pertençam a mesma família, ambas tiveram os mesmos ensinamentos e foram direcionadas a constituir suas subjetividades e discursos, a respeito do que significa ser uma mulher, os quais provavelmente serão passados a outras gerações de mulheres catoleenses.

Dado o exposto, verificou-se que mesmo em meio as mudanças que ocorreram ao longo dos séculos na sociedade, através das reivindicações e conquistas feministas, a visão sobre as mulheres, e também das próprias mulheres, por vezes, continua a mesma de outrora. Na atualidade, em uma parcela do pensamento de algumas pessoas, as virtudes que ainda se esperam das mulheres são passividade, fragilidade e submissão. Com isso, a diferenciação entre o papel masculino e o feminino permanece cristalizado nas relações humanas e ficam em evidência através dos discursos que emergem nas práticas sociais das mulheres catoleenses.

O que esta pesquisa mostra também é que mesmo nos dias atuais, as mulheres catoleenses continuam a ter a mesma visão que se propaga ao longo da história sobre o significado por trás do termo mulher. Pertencer ao sexo feminino mesmo, nos dias de hoje, na comunidade de Catolé do Rocha, significa ocupar as funções que foram estabelecidas para elas historicamente. Assim, a mulher catoleense continua a performar o “eterno feminino” em decorrência dos discursos repetitivos que estão dispersos em seu convívio familiar e social, os quais formam suas subjetividades a respeito do que é ser mulher. A elas cabe o papel de cuidadoras, leais, dóceis, educadas, que devem ter bons costumes e valores, os quais devem fazer parte de sua essência, pois biologicamente, obedecendo os preceitos do patriarcado, elas nasceram para ocupar os papéis sociais que lhes são transmitidos.

Além disso, a mulher catoleense mesmo que inconscientemente em sua maioria, é diferenciada do sexo masculino desde sua infância, haja vista, que são educadas de maneiras diferentes da educação doméstica dos homens, como declararam as entrevistadas. Ou seja, mesmo no século XXI, a mulher é ensinada que

por ser diferente do homem não deve usufruir da mesma liberdade que ele, tendo em vista, que o sexo feminino é levado por vias de manipulação a servi-lo.

Por fim, os dados da pesquisa reafirmaram o pensamento de Simone de Beauvoir quando afirma que ninguém nasce com uma essência feminina, ou seja, com qualidades inerentes ao sexo, mas o ser mulher é uma construção social. Mais ainda, o termo mulher é construído mediante os discursos amparados pelos paradigmas do discurso de cunho biológico que lhes são atribuídos por meio das práticas discursivas que as subjetivam de uma forma e não de outra.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo II**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. Ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo I**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. São Paulo, 2003.
- FOUCAULT, M. (2004f). Verdade, poder e si mesmo. In: M. B. Motta (Org.), **Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos V**. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.). (pp. 294-300) Rio de Janeiro: Forense Universitária (original publicado em 1984).
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.
- PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M.S Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.
- RABINOW, P. & DREYFUS, H. (1995). **Michel Foucault**: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica (V. P. Carrero, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- REVEL, Judith. Foucault: **Conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

APÊNDICES



**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DLH
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS – CAMPUS IV – CATOLÉ DO
ROCHA
COMPONENTE CURRICULAR: LET04129 – TCC II
PROFESSOR ORIENTADOR: RAFAEL JOSÉ DE MELO**

**PESQUISA: A DISCUSIVIZAÇÃO E A SUBJETIVAÇÃO DE TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES
CATOLEENSES**

ALUNA: Deusicleide Andrade da Silva

ROTEIRO 01: ENTREVISTAS SEMI ESTRITURADAS

Nome completo:

Idade:

Estado civil: () casada () solteira () viúva () outros: _____

Se casada, com quantos anos se casou?

Teve filhos? Quantos? Atualmente, todos vivos?

(FAZER ESSA PERGUNTA SE É VIÚVA OU OUTROS TAMBÉM)

Se solteira, pretende casar?

Em caso de resposta negativa: por quê?

Escolaridade:

Profissão/trabalho:

Mora sozinha? Família? Parentes? Quais?

Se com familiares/parentes: Você já teve/tem vontade de morar sozinha? Explique.

Mora na zona urbana ou rural?

Se já morou na zona rural, foi por quanto tempo?

- 1) Poderia falar como foi a sua criação? Você concorda com ela?
- 2) É filha única? Se não, quantos irmãos você tem?
- 3) Na sua opinião, houve alguma forma diferenciada entre a sua educação e a de seus irmãos? eles receberam a mesma criação que você? Como você se sentia?
- 4) E hoje, o que você pensa dessa criação?
- 5) Você criou/criaria seus filhos da mesma maneira? Por quê?
- 6) Por quem você foi criada? Sempre morou com eles? Com qual deles você conviveu mais em sua infância e adolescência? Poderia explicar o porquê?
- 7) Qual familiar teve uma influência maior em sua criação? De que forma essa influência contribuiu para você ser como você é hoje?
- 8) Como sua mãe/avô/tia dizia que você tinha que ser ou se comportar em casa e fora de casa por ser mulher? O que você pensava (que era certo ou errado) com o que elas diziam que você tinha que fazer e ser?
- 9) Dos aprendizados de sua mãe/avós/ tias, qual(ias) dele(s) você ainda guarda até hoje como modelo de vida? Explique.
- 10) Como você se via? e como você se ver hoje como mulher?
- 11) O que você pensa sobre o homem/mulher e a sociedade de Catolé do Rocha?
- 12) Qual o seu papel na sociedade sendo mulher?
- 13) Você gosta de cozinhar? Aprendeu com quem?